



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

20ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 127/2023

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 11-05-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Boa tarde a todas e a todos.

Na qualidade de membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 26ª audiência pública de 2023, sendo a 20ª ao PL 127/2023, revisão do Plano Diretor Estratégico, do Executivo, do Prefeito Ricardo Nunes. Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu artigo 4º.

Anuncio a presença da Vereadora Silvia da Bancada Feminista e do Vereador George Hato.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Esta audiência pública vem sendo publicada desde o dia 27 de abril no *Diário Oficial da Cidade*, nos dias 27 de abril e 5 de maio no jornal *O Estado de S.Paulo* e nos dias 27 de abril e 5 de maio no jornal *Folha de S.Paulo*.

As inscrições para participação do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo em 26 de abril, devendo os inscritos pelo *site* participar pela plataforma *on-line*. O público presente que desejar se manifestar deverá se inscrever na secretaria da Comissão, à esquerda da mesa. Cada inscrito terá o tempo regimental de até três minutos para se manifestar.

Foram convidados para esta audiência o Sr. Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, representado pelo Sr. Fernando Henrique Gasperini, Diretor de Planurb – que está sempre aqui conosco –; e pela Sra. Marcia Leite, Assessora da Coordenação de Participação. Agradeço a presença dos representantes.

Também foram convidados os Srs. Rodrigo Pimentel Pinto Ravana, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras; Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal de Subprefeituras; Aline Torres, Secretária Municipal de Cultura; Ricardo Teixeira, Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito;

João Siqueira de Farias, Secretário Municipal de Habitação; Carlos Alberto Bezerra Júnior, Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Sra. Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho; Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça, Secretário do Ministério Público do Estado de São Paulo, e Dr. Florisvaldo Antônio Fiorentino Júnior, Defensor Público Geral, Defensoria Pública Geral.

Só para constar da nossa audiência, gostaria de consultar a secretaria desta Comissão como é o procedimento de convite aos convidados que acabo de citar para esta audiência pública. (Pausa) Só se identificar, por favor, Inamar.

O SR. INAMAR DE SOUSA – Meu nome é Inamar, Secretário da Comissão.

É feito um convite do Presidente da Comissão e um ofício do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Milton Leite. Eles foram convidados para todas as audiências públicas; a algumas eles vieram, a outras não e, inclusive, nem respostas enviaram.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado à secretaria da Comissão, representada pelo Sr. Inamar de Sousa.

Passemos à 20ª Audiência Pública do PL 127/2023, tendo como tema audiência pública geral.

Pergunto ao Sr. Mauro Marques Dias, arquiteto, representando a Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito...

Também agradecemos a presença dos alunos do Instituto Presbiteriano Mackenzie que estão aqui assistindo a nossa audiência.

Pergunto se algum dos vereadores gostaria de fazer uso da palavra. (Pausa) Posteriormente, então, aos inscritos.

O Fernando, que fará a nossa apresentação, por favor, pode se colocar na tribuna. Iniciamos aqui a nossa audiência. Lembrando que as inscrições estão abertas à esquerda, na secretaria da Comissão. Por favor, Fernando, com a palavra.

O SR. FERNANDO HENRIQUE GASPERINI – Boa tarde a todos os presentes. Sou

Fernando, trabalho na Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, na Coordenadoria de Planejamento Urbano.

Esta é uma apresentação simples que vimos fazendo na trajetória de audiências na Câmara, trazendo uma síntese da revisão feita no âmbito do Executivo e o panorama do processo participativo associado à revisão.

- O orador passa a se referir a imagens na tela de projeção.

O SR. FERNANDO HENRIQUE GASPERINI – A revisão intermediária do Plano Diretor já estava prevista no Art. 4º do atual Plano Diretor. O Plano foi aprovado em 2014, tem vigência de 15 anos. É uma revisão que busca aperfeiçoar, calibrar o Plano Diretor existente a partir de uma avaliação do que funcionou bem durante a primeira metade da sua vigência, tentando melhorar o que não funcionou adequadamente. Nesse sentido, todos os objetivos e diretrizes estratégicas do Plano permanecem. A revisão no Executivo começou em 2021 de forma participativa e foi efetuada em três etapas.

Essa é a linha do tempo da revisão. Em cada etapa tivemos diversos canais de participação, canais *on line*, canais presenciais, em função do panorama de pandemia que atravessamos, audiências públicas, oficinas nas subprefeituras e reuniões com os conselhos municipais, entre outros canais de participação. Em cada etapa nós tivemos toda uma produção de relatórios técnicos feitos pela Coordenadoria de Planejamento Urbano para apoiar o processo de discussão com a população. Somente na Etapa 3, que foi a etapa final da revisão do Executivo, nós recebemos 4.400 contribuições que, como nas etapas anteriores, foram classificadas, sistematizadas e analisadas.

Os canais *on-line* que são o Participe+ e o Formulário *On-Line*, foram os canais que tiveram o maior número de participações.

Este gráfico mostra na minuta prévia, que foi a primeira versão da minuta da revisão do Plano Diretor, quais foram os artigos que tiveram maior número de contribuições. O artigo 15 que era sobre as áreas não computáveis nos eixos, em relação às vagas; o artigo 24 em relação à cota de solidariedade; os Anexos I e II, em relação às alterações dos fatores sociais de

planejamento, entre outros assuntos.

Este gráfico é similar só que organizado por subtemas e aqueles que tiveram um maior número de contribuições foram as áreas verdes que estão presentes no Quadro 7, do Plano Diretor, os Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, o Sistema de Planejamento e as Estâncias de Gestão Democrática.

O projeto de lei possui 75 artigos, divididos em 12 capítulos, foi feito de uma forma progressiva de aprofundamento, a partir do diagnóstico inicial que foi discutido, sendo que o produto da primeira etapa foi a definição de um escopo da revisão. A partir desse escopo, definido na Etapa 1, foi desencadeada a Etapa 2, foi feito um processo de discussão técnica por diversas secretarias da Prefeitura, em cujo produto da Etapa 2 foi a elaboração da primeira versão da minuta do projeto de lei.

A minuta do projeto de lei foi a base de discussão da Etapa 3, de forma que, a partir das contribuições, ela foi revisada até se chegar à versão final que foi encaminhada para a Câmara Municipal.

Este *slide* mostra a estrutura da lei do Plano Diretor, organizada em cinco títulos e seus diversos capítulos.

Os três capítulos que têm maior volume de assuntos são o de ordenação territorial, políticas de sistemas urbanos e ambientais e sobre gestão democrática.

Usando a mesma estrutura da lei original, nós mostramos neste *slide* os assuntos tratados pelo projeto de lei de revisão do Plano organizados nos mesmos capítulos. Como se trata de uma revisão intermediária que busca aperfeiçoar o Plano, os capítulos que tiveram maior número de assuntos, objeto de revisão, é o Título 2, que trata dos instrumentos de política urbana e gestão ambiental e o Título 3 que trata das políticas setoriais de mobilidade, de habitação, meio ambiente etc.

É isso. Agradeço a oportunidade. Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Sr. Fernando.

Nós temos já os inscritos. Vou iniciar a chamada pelos inscritos no *chat*, a Sra. Clarice

Colli Cosentino. Não está presente. Chamo a Sra. Raquel Lopes Queiroz.

Registro a presença do Vereador Sansão Pereira, membro desta Comissão e do Vereador Marlon Luz. Registro também a presença da representante da Secretária Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot, a Sra. Paola Forjaz, Chefe de Gabinete da Secretária.

A próxima inscrita é a Sra. Sheila Bastos da Silva Pereira, estudante de arquitetura e urbanismo. Não está presente. Chamo a Sra. Patrícia Saran, de SMUL e da SPUrbanismo. Também não está presente. Chamo o Sr. Daniel Lopes, da Associação do Mirante Jardim São Paulo. Também não está presente. Chamo o Sr. Charbel George El Haj Moussa. Também não está presente.

Esses foram os inscritos pelo *site* da TV Câmara. O primeiro inscrito de forma presencial é o Sr. Bruno Sobral de Carvalho, representando a Confederação Nacional de Saúde.

Com a palavra Sr. Bruno Sobral de Carvalho.

O SR. BRUNO SOBRAL DE CARVALHO – Sr. Relator, Sras. e Srs. Vereadores, primeiro queria agradecer e parabenizar V.Exa. Vereador Rodrigo Goulart pela coragem de assumir um desafio de uma relatoria tão técnica, tão complicada, mas ao mesmo tempo, tão importante para a cidade de São Paulo. Quero saudar todos os Vereadores presentes. Sou Secretário Executivo da Confederação Nacional de Saúde. Vim de Brasília, especialmente, para essa reunião, porque a gente entende, que é superimportante estar aqui nesse momento da discussão.

São Paulo é certamente, hoje, o principal polo e o coração da saúde brasileira. Em São Paulo que existe os hospitais que fazem mais ciência, que fazem mais tecnologia, que incorporaram tecnologias que depois são utilizadas no Brasil todo, de maneira privada e de maneira pública. Em São Paulo que estão os principais pesquisadores, em São Paulo que estão os principais médicos e, portanto, nós como Confederação Sindical, Confederação Sindical e Patronal que representa não só hospitais, mas laboratórios no Brasil todo, achou por bem vir aqui para o saudá-lo e parabenizá-lo, dizer o quanto foi e o quanto tem sido importante a política que está dentro da lei, que agora está em revisão, que é a política do complexo da Saúde, de

Educação e de Pesquisa em Saúde. A política no passado permitiu o desenvolvimento da saúde em São Paulo. Sem a política a gente não teria tido a pujança que São Paulo já tinha antes, inclusive aumentou em relação a prestação de serviços privados e públicos de saúde. Aachamos que essa revisão, através do PL, vem num bom momento. Porque depois de nove anos, essa política que foi muito importante, certamente, tem aí alguns importantes aprimoramentos, esclarecimentos que podem ser feitos através da atuação dos Srs. Vereadores e que a gente protocolou aqui uma série de sugestões para isso. São aprimorações que visam dar mais clareza a norma, que visa tirar algumas restrições que hoje existem e que podem permitir que mais hospitais se beneficiem da política do complexo, que mais uma vez foi, superimportante e tenho certeza de que continuará sendo para a cidade São Paulo e, conseqüentemente, para o Brasil que depende muito do São Paulo nesse desenvolvimento da saúde privada e pública.

Gostaria, mais uma vez parabenizar V.Exa. e agradecer em nome da Confederação Nacional de Saúde e do nosso sindicato em São Paulo, o SindHosp, a oportunidade de estar aqui nos manifestando. Vou deixar com a mesa a contribuição por escrito, das sugestões de melhoria e de aperfeiçoamento do projeto, que foi tão importante para a cidade São Paulo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) - Muito obrigado, Sr. Bruno! Encaminho o protocolo à Secretaria da Comissão. Próximo inscrito Sr. Fernando Dainese, Presidente do Instituto de Mídias Avançadas.

O SR. FERNANDO DAINESE - Obrigado Sr. Presidente. Gostaria de agradecer aos membros que a compõem a mesa. Falar para vocês, sobre Plano Diretor, eu já havia falado, anteriormente. Essa é uma das últimas audiências públicas e é bom deixar claro que o cidadão paulistano está sendo vendido através desse Plano Diretor, que está sendo passado e aprovado, através de todos esses artigos que foram falados. Eles vão colocar para votação uma coisa que está vendendo o cidadão paulistano. Prova: os dados estatísticos mostrados na apresentação anterior. Quantas pessoas foram ouvidas para fazer o Plano Diretor? Quatro mil e quatrocentas e hoje a gente estima que morem na cidade de São Paulo mais de 12 milhões de habitantes. É

possível ouvir todos? Não, mas as Subprefeituras deveriam ter estrutura, Subprefeituras essas que o Prefeito entregou na mão dos Vereadores, deveriam ter estrutura para fazer um bom levantamento, de acordo com os problemas de cada região da cidade de São Paulo. As regiões são muito importantes e tem problemas que em cada região é *sui generis*.

Agora, pega-se um plano que o Fernando Haddad criou em 2014 e copia para hoje? É cópia. Leiam o que está aí no plano que eles estão tentando aprovar, é cópia. Então, beleza, houve uma sugestão ou outra da população, como tudo que é feito no Poder Público, agora, a população que importa, os problemas das pessoas que não vão conseguir dispor de tempo para vir aqui, que estão lá nas suas residências, nas suas localidades, e não vão conseguir acessar aqui a Câmara, esses são completamente ignorados.

Então eu peço para que os senhores que estão aqui presentes hoje, que estão também acompanhando a gente pela internet, para que acompanhem os meus discursos anteriores nessa tribuna para entender os problemas que eu trouxe aqui e foram poucos, eu tenho três minutos de fala cada vez que eu venho aqui, não dá para falar nada a respeito disso, mas é bom fazer esse último alerta de que os senhores estão sendo vendidos pelo Prefeito para uma elite que domina a cidade de São Paulo. É isso que está acontecendo com relação a esse plano.

Vimos que não adianta, a parte ambiental está esquecida, vão continuar desmatando a região de Mata Atlântica virgem e se preocupando com a árvore que você coloca na sua casa. Uma Comissão que avaliou, com todo respeito aos senhores aqui da Mesa, com todo respeito eu não acho que a Comissão é tecnicamente incapaz, eu só acho que a Comissão que pegou o Plano Diretor fez um *copytext*, é Ctrl C, Ctrl V, porque a tecnicidade desse plano é absolutamente complexa. Pense como um cidadão da República Federativa do Brasil tem que saber a Constituição, Código Penal, Constituição Estadual, Constituição Municipal e o Plano Diretor para saber o que você vai fazer na sua casa. E você tem tempo de ler tudo isso e sustentar a sua família e trabalhar? Então é um imbróglio de coisas que estão no Plano Diretor e que são absurdos.

Então eu faço esse apelo à sociedade paulistana para que tome cuidado. Verifique o Vereador que vai votar a favor desse projeto, que é o projeto que vai referendar essa revisão que eles estão fazendo sobre o Plano Diretor e não reeleja esse Vereador, também não reeleja o Prefeito Ricardo Nunes. Olha o que ele está fazendo na Prefeitura. A cidade inteira está em obras, a gente vê um monte de gente falando que a obra começou, depois foi refeita e foi refeita porque fizeram alguma coisa errada. Tem alguma coisa muito estranha nisso, pois é.

Para concluir, infelizmente, o Monark sabe mais de política do que muitos dos Vereadores desta casa. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Tem a palavra Sra. Adriana Levisky, que é da AsBEA, Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura de São Paulo.

A SRA. ADRIANA LEVISKY – Boa tarde a todos, gostaria de cumprimentar a Mesa e todos os presentes aqui, presencialmente e virtualmente. Inicialmente queria mencionar, apresentar a AsBEA, Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura, que é uma entidade que zela pela boa atuação da arquitetura na cidade através de seus escritórios e que vem, ao longo desses anos todos, é uma entidade com 50 anos de vida, contribuindo e se aproximando sempre do Poder Público no sentido de no seu exercício de projeto se aproximar e colaborar junto às políticas públicas vinculadas à cidade; e vem produzindo uma série de projetos e, com isso, tendo as ferramentas do que ocorre, do que tem viabilidade, do que tem dificuldade para que a cidade possa ter as suas transformações.

Eu acho que, nesse sentido, a AsBEA desenvolveu uma série de avaliações ao Plano Diretor de 2014, e estamos aqui protocolando, em conjunto com outras entidades, uma série de contribuições que estão relacionadas a uma visão bastante técnica e cívica do que o Plano Diretor zela enquanto oportunidade de desenvolvimento socioeconômico, social, ambiental e urbano.

Então, vou pontuar rapidamente algumas coisas, sobre as quais eu não vou me estender e que vão fazer parte do documento que nós estamos protocolando. São elementos relacionados, são instrumentos da própria legislação, que estão relacionados ao fazer da cidade.

Então, dentre eles, como o eixo se constrói, como o regramento para esse instrumento, para essa zona de uso – vamos dizer assim – se configura em relação a vagas, em relação à fachada ativa, em relação à cota-parte, em relação a gabarito. Enfim, é uma série de estudos realizados no sentido de entender o que, nesses quase dez anos, foi possível acontecer de bom e de ruim para que a gente possa, tecnicamente, no exercício projetual, poder colaborar para aprimoramento desses elementos.

Esse é um dos grupos de avaliações em que nós estamos apresentando contribuições, assim como também questões ligadas a instrumentos de planejamento, como, por exemplo, os PIUs, que são um instrumento tão caro e tão rico para que se possa entender a cidade com uma capacidade de transformação dinâmica e colaborativa. Acho que a gente aprendeu, ao longo do tempo, o que poderia ser ajustado nesse instrumento para que ele de fato tenha força para evoluir e trazer bons frutos para a cidade.

Além disso, alguns instrumentos da legislação, do PDE, que também precisariam ter a oportunidade de serem mais relevantes, com mais oportunidade de implementação, como por exemplo o regramento vinculado à possibilidade de implementação de infraestruturas de mobilidade integradas ao desenvolvimento urbano; os próprios complexos de saúde, que o colega da entidade de saúde mencionou, que traz uma oportunidade bastante grande de desenho qualificado e responsável dos bairros da cidade sob uma ótica de saúde. É um instrumento que, de fato, nos parece requerer adequações. E, do ponto de vista ambiental...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Sra. Adriana, desculpa, eu não tinha visto, mas ultrapassou demais o limite do tempo.

A SRA. ADRIANA BLAY LEVISKY – Desculpe. Então, eu vou interromper, só dizendo que a minha última fala seria sobre um cuidado necessário em relação à temática ambiental e dos ODSs que estão apontados no Plano Diretor, agora trazidos, na perspectiva da viabilidade de reformas, *retrofits* e regularizações dentro dos critérios da legislação, que seria uma perspectiva de poder trazer a legalidade, a regularidade, ao invés de haver uma política de destruição para somente construir edificações novas. Para a gente não perder a nossa memória

ambiental, histórica, cultural, que é tão importante para todos nós. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Sra. Adriana. A senhora comentou que tem um documento para protocolar aqui na secretaria da Comissão.

Anuncio a presença do Sr. Sérgio Gim, Assessor de Siurb, representando a secretaria.

Próximo inscrito, Sr. Eduardo Della Manna, do Secovi – São Paulo.

O SR. EDUARDO DELLA MANNA – Boa tarde, Vereadora Silvia.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Só lembrando, Eduardo, eu vou pedir para zerar o tempo, mas eu peço para ficar atento porque acabei deixando passar.

O SR. EDUARDO DELLA MANNA – Vereadora Silvia, Vereador Sansão Pereira, Vereador Rodrigo Goulart, senhoras e senhores presentes, boa tarde. Eu entendo que o grande desafio da cidade de São Paulo hoje, sem dúvida alguma, é a promoção da inclusão social e, quando a gente fala em inclusão social, a gente fala evidentemente em inclusão territorial. As seis subprefeituras que formam o centro expandido concentram hoje algo em torno de 65% dos empregos e apenas 17% dos habitantes do município. As outras 26 subprefeituras concentram 83% dos habitantes e têm apenas 34% dos empregos. Nós precisamos mudar essa realidade. Nós precisamos trazer mais gente onde a cidade já tem a maior oferta de empregos formais. Isso é absolutamente necessário. É nesse sentido que as entidades já mencionadas pela arquiteta Adriana Levisky irão apresentar um conjunto de propostas, tratando de 18 temas específicos do Plano Diretor. Nós entendemos que essas contribuições vão, de fato, ajudar na promoção dessa maior inclusão social.

Eu não poderia deixar de aproveitar essa oportunidade para também fazer uma menção. Existe uma tendência nossa em encarar o Plano Diretor como responsável por todas as questões da nossa cidade e não é isso. O Plano Diretor é um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, mas ele é parte integrante de um processo mais amplo de planejamento municipal, devendo o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporarem as diretrizes e as prioridades nele contidas. Isso não é feito na

cidade de São Paulo.

Então, parece-me que não só o Executivo, mas também o Legislativo é responsável pelo cumprimento desse processo de planejamento municipal de forma integrada. Por que eu estou falando isso? Porque o plano de mobilidade de 2015, que é uma política setorial, decorrente do Plano Diretor de 2014, propôs para 2016 151 quilômetros de vias. Para 2020, 152 quilômetros; para 2024, 149 e para 2028, 112 quilômetros.

Um estudo recente do centro de estudos da metrópole avaliou que apenas cerca de 5% dos corredores de ônibus previstos para 2016 foram implantados, pela falta de integração.

Só para concluir, Vereador Rodrigo, acho que seria muito importante também que esta Casa pudesse analisar ou rever, se for o caso, o PL 619/2016, que é o Plano Municipal de Habitação, que continua parado na Comissão de Constituição e Justiça, e traz elementos muito interessantes, que vão ajudar muito na política habitacional da nossa cidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Vladimir Iszlaji, da Abrainc

O SR. VLADIMIR ISZLAJI – Obrigado, Presidente. O sobrenome é Iszlaji. Bom, primeiro eu gostaria de cumprimentar a todos. Boa tarde. É, com grande satisfação, que eu represento hoje a Abrainc, Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias, nessa importante audiência pública sobre o PL 127/2023, que objetiva a revisão do Plano Diretor da cidade de São Paulo.

Queria parabenizar a Câmara dos Vereadores e os membros da Comissão de Política Urbana, pela condução do processo participativo da revisão do PDE tão importante nesse momento.

Bom, nós, da Abrainc, estamos empenhados em contribuir para o desenvolvimento urbano sustentável de São Paulo e a revisão do Plano Diretor é uma oportunidade ímpar, para que possamos avançar nesse sentido. Com isso, não poderia deixar de destacar a importância da participação do setor imobiliário nesse processo de revisão. Afinal, é o setor que constrói a

cidade.

É ele que está próximo o suficiente da população, que busca adquirir sua moradia. É ele que identifica seus desejos e seus anseios. A gente defende que o Plano Diretor contemple medidas que incentivem a construção de moradias populares; que possibilitem a ampliação de ofertas de transporte público de qualidade; e que estimulem a revitalização de áreas degradadas.

O conceito de desenvolvimento orientado ao transporte sustentável incorporado no atual Plano Diretor é uma abordagem fundamental para alcançar um modelo de desenvolvimento urbano mais justo, equilibrado e sustentável. É uma solução eficiente e inteligente para cidades contemporâneas, mas essa estratégia precisa estar alinhada com a realidade da cidade. Temos um passivo importante a ser solucionado já citado pelo Eduardo.

A alta concentração de infraestrutura na região central que, por outro lado, perdeu população comparando o Censo de 2010 com a década de 80, e uma grande concentração de população residindo fora dessas regiões mais centrais - população essa que, hoje, precisa se deslocar, diariamente, por horas para ir trabalhar - é um problema que precisa ser enfrentado.

Já o atual Plano Diretor, nas áreas onde se incentiva o adensamento nas regiões centrais, elas estão se tornando cada vez mais escassas, resultando numa pressão de preços dos imóveis, tornando tudo mais caro. Entendemos que o atual regramento precisa de mudanças, pois interfere no produto imobiliário reduzindo, de forma significativa, a capacidade que o mercado sempre teve de adequar os projetos dos imóveis às demandas e necessidades da população, resultando em distorções de mercado.

O setor de incorporação imobiliária defende uma cidade que permita às pessoas maior poder de escolha sobre onde e como morar, além do acesso de todas as suas necessidades básicas e honrar de caminhadas a pé ou de bicicleta. Por esse motivo, fizemos parte desse grupo de entidades empresariais que preparam esse conjunto de sugestões, que serão entregues à Câmara para contribuir com esse processo.

Por fim, gostaria de reforçar que a Abrainc está comprometida em contribuir para a construção de uma cidade mais justa, sustentável e inclusiva. Nosso setor tem um papel

fundamental nesse processo, entendemos ele e estamos dispostos a dialogar e a colaborar para que o Plano Diretor de São Paulo seja um instrumento efetivo para o desenvolvimento da cidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) - Obrigado, Sr. Vladimir. Próximo inscrito é o Sr. Sebastião Dantas, da nossa sociedade civil. O senhor é da zona Sul, não é, Sr. Sebastião?

O SR. SEBASTIÃO DANTAS - Sim, nossa querida zona Sul. Boa tarde à Mesa, prazer, que honra estar com vocês. Boa tarde a todos e todas.

Gostaria que vocês prestassem muita atenção, principalmente os membros da Mesa, sobre o que estamos passando com a falta do terminal de ônibus Jardim Miriam, que foi discutido na última audiência pública que aconteceu em 06 de maio de 2023, no Teatro Paulo Eiró, na avenida Adolfo Pinheiro.

Prestem bem atenção: uma pessoa, que não vou citar o nome, na sua fala, com duração de dois minutos e cinquenta segundos, mostrou falta de conhecimento da região, além de não estar preparado para discutir sobre o terminal de ônibus Jardim Miriam. Por quê? Prestem atenção. Foi apurado quatro vezes, e agora é a quinta vez, que houve a articulação. Realmente, a articulação houve sim, bastante, mas ele falou assim: "O terminal de ônibus não encaixa no nosso bairro; já temos um corredor de ônibus, onde não passa ônibus; para quê nós precisamos de um terminal se não temos ônibus na região; coloca ônibus para rodar para quê?".

Agora vamos lá. O meu estudo está ali, olhem, é desde 2013. Fui eleito no primeiro Conselho Participativo - 2013. Em 2014, dia 25, tomamos posse e o Prefeito Fernando Haddad, à época, e o Secretário de Transportes Jilmar Tatto chamou as comissões e disse: "Nós vamos trabalhar os bairros". Então, o que aconteceu? Nós começamos a estudar já naquela hora. E vou falar para vocês bem rápido aqui, pois o tempo é curto.

No corredor de ônibus que liga o Jardim Miriam, Brooklin e ABCD que é divisa de Diadema com o Brooklin, temos, hoje, 11 linhas municipais e uma intermunicipal. Onze! Essas linhas fazem seis viagens - três de ida e três de volta – nos períodos da manhã e da tarde. Então quer dizer que dá mais de 60 mil passageiros por dia, perdão, mais de um milhão de passageiros

por dia. Isso é do corredor das 11 linhas.

Nós vamos aqui, prestem atenção, trabalhar com a avenida Cupecê, que tem mais dez linhas de micro-ônibus, que são ônibus agora, o estudo deixa bem claro: hoje tenho 306 ônibus parados em pontos inadequados na região, porque não temos mais locais para pontos, estão todos aqui.

E o maior problema que temos é da Linha 607, que liga o Brooklin ao Jardim Miriam. Temos onde deixar 16 ônibus, mas podem ficar três no final.

Rodrigo, aqui é de Diadema. Os Vereadores de Diadema não querem mais deixar ônibus parado na cidade de Diadema, porque não temos local onde por ônibus no Jardim Miriam. As linhas de ônibus estão todas aqui.

Outra coisa também que gostaria de falar é que também não temos mais banheiro químicos. Os cobradores e motoristas, coitados, não têm onde fazer suas necessidades. Então, por favor.

Para finalizar, vou deixar bem claro. Prefeito Ricardo Nunes e Vereadores, se vocês não deixarem o terminal de ônibus pelo menos iniciado, vamos ter problema, porque não temos mais condições lá. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Sebastião.

O próximo inscrito é o Sr. Luis Castro, Cura SP.

Informo que as inscrições continuam abertas.

O SR. LUIS CASTRO – Boa tarde a todos.

É um prazer estar novamente nesta plenária. Estive presente no dia 9 também. Agradeço, mais uma vez, a apresentação do pessoal da SMUL.

Venho discordando muito da metodologia aplicada da revisão do Plano Diretor por “n” motivos, mas os três minutos, infelizmente, não serão necessários para a gente poder pontuar.

Ouçõ a opinião de todos. Todos têm as suas verdades e concordo com todos em vários aspectos.

Começando um pouco da apresentação do processo participativo, vejo inúmeras contradições no gráfico onde coloca, mais uma vez, a necessidade de termos um parecer técnico. O parecer técnico sendo colocado em prática não tendo que passar pela votação do Legislativo. Entendo que quem estuda arquitetura e urbanismo tem a formação e deveria encabeçar esse processo do começo ao fim.

Então, quando eu vejo que uma das contribuições é a questão da drenagem e a gente entende que a cidade de São Paulo, todos os anos, passa pelo mesmo problema de enchentes, a drenagem hoje ela é o último item das contribuições. Já começo discordando do processo participativo de como isso é colocado em prática. Acredito que a drenagem é um dos principais processos que deveria estar em primeiro lugar para ser discutido. Isso está atrelado ao quê? A desenvolver também um trabalho social. Onde temos terrenos para colocar o urbanismo em prática?

O conceito de urbanismo é encurtar a distância para ganhar tempo. Como é que a gente faz para a população de periferia encurtar esse tempo e ganhar o seu trabalho na cidade? Como é que a gente trabalha sobre isso? Então, quando a gente fala inclusive de HIS, que eu fiz uma pergunta para a Mesa que eu senti um certo desconforto na resposta de qual era o valor do HIS 2. Realmente, quem consegue hoje ter seis salários mínimos para comprar um apartamento na Habitação de Interesse Social e morar num estúdio de 26 metros? Eu acho que isso não faz nenhum sentido.

Então, concordo com um colega também do Secovi onde a atenção tem que ser dada para Habitação de Interesse Social, mas desde que seja atendido o interesse social e para que não sejam manobras de verticalização, porque o desenvolvimento urbano só faz sentido se você encurtar a distância para ganhar tempo. Como se colocam famílias em 25 metros, que são os famosos estúdios, hoje, da região de São Paulo?

Então, venho, mais uma vez, agradecer a oportunidade e pedir essa atenção para que o parecer técnico seja votado pelo Legislativo, que eu não concordo, mas que ele tenha muito valor porque o urbanismo tem que estar acima de qualquer interesse político.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado.

Próximo inscrito é o Sr. Arlindo Amaro, arquiteto do Ipiranga.

O SR. ARLINDO AMARO – Boa tarde. Sou Arlindo Amaro, do Ipiranga.

Eu assino embaixo o que nosso colega falou agora, há pouco. Há falta de profissional técnico na área de planejamento urbano na cidade. Nós temos dificuldade, na cidade. Um Plano Diretor de 2001... Vamos falar da Constituição Federal, artigos 182 e 183, que tratam sobre o planejamento nas cidades. Depois, tivemos o Estatuto da Cidade, Lei 10.257: jogaram dentro da lata de lixo. Aí veio o Plano Diretor de 2001. Começaram a organizar as subprefeituras para depois finalizarem aqui, na Câmara Municipal. E em 2014 perguntaram: “O que você quer de São Paulo até 2024?”. E agora vamos falar novamente o que queremos de São Paulo de 2024 para 2029. Nós vamos ter essa mesma repetição. E o que vão fazer? O que vão fazer, se de 2002 até agora não fizeram nenhuma implantação de qualidade para a sociedade?

Quer dizer, essas audiências públicas são uma vergonha. A minha verdade não é a sua verdade. Você está falando bobagem. A cidade de São Paulo tem 4,5 milhões de pessoas morando em favelas. No ano de 2002, nós tínhamos 3, 4 mil pessoas morando nas ruas. Hoje, você tem acima de 30 mil pessoas. Hospital sucateado. Você vai ao hospital marcar uma consulta, é para setembro, outubro e olhe lá se você estiver vivo. Se você estiver vivo, você vai.

Nós temos a Lei de Zoneamento, Lei 16.402, que fala sobre a situação da cidade. Nós temos 18 zonas de uso e cinco zonas são de HIS. Cadê a moradia do povo? Fica na promessa para o próximo ano eleitoral? Isso é ridículo.

Nós estamos aqui assistindo, ouvindo as *fake news*. Nós estamos ouvindo apenas *fake news*, porque serviço de qualidade para a cidade, esqueçam. Nós estamos tendo a pavimentação, tirando as guias e sarjetas; um asfalto e terceira qualidade; as ciclovias sendo reduzidas após esse asfalto, em todo canto em que você anda da ciclovia. A ciclovia é de 1,5 metro, conforme diz a lei. Mas, deixam a lei para lá. Fizeram a ciclovia de 80 centímetro e pintaram a faixa. Então, o motorista vem e joga o carro dentro da ciclovia, não porque ele quer.

Fizeram um piscinão no Ipiranga, no Viaduto Baleeiro, para brasileiro ver. A enchente continua no Ipiranga. Em toda a Ricardo Jafet, de ponta a ponta, temos alagamento. Na Silva Bueno fizeram o “paredão o *big brother*”, aquele terminal do fura-fila. Uma vergonha aquele treco, com todo o respeito, dependurado ali a um custo de mais de 11 milhões. O Parque da Independência abandonado e a gente vir aqui para ficar ouvindo essas bobagens? Trinta e duas subprefeituras comandadas pelos vereadores, que fazem o puxadinho do gabinete político.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Próxima inscrita, Sra. Ana Aragão, Parque Linear Caxingui. Ao final da fala da Sra. Ana Aragão, as inscrições estarão encerradas.

A SRA. ANA ARAGÃO – Boa tarde a todos.

Como sempre, eu faço uma colinha. Nós estamos todos em grupo do Parque Linear Caxingui, grupo de defesa do Parque Linear Caxingui. E nós viemos aqui chorando, porque esta minuta, esta revisão do Plano Diretor, que está sendo apresentada, ela não representa o que nós, sociedade civil, nós, população, queremos. O que nós queremos, de fato, não está nesta minuta. Então, nesta tribuna, nós temos assistido com bastante constância, acho que todas as vezes uma preocupação muito grande das pessoas com o meio ambiente. E não há nessa minuta de revisão do Plano Diretor a preocupação com o meio ambiente. Um exemplo que estamos trazendo aqui é da área do Parque Linear Caxingui. Em que pese o parque estar planejado há anos e nós lutando por ele também há anos, e não há nenhuma atitude da Prefeitura para implantação. Ao contrário, a Prefeitura autorizou ali uma enorme devastação ambiental, com prejuízo muito grande, importantíssimo, de um corredor ecológico para a cidade e em um local que é remanescente de mata atlântica. E que, inclusive, está dentro do Plano Municipal de Preservação da Mata Atlântica, desrespeitando várias leis estaduais, com o único objetivo de agradar o setor imobiliário. São Paulo, na verdade, temos dito muito isso, está refém do setor imobiliário.

Então, que fique muito claro que não é isso que a população quer. A população não quer destruir matas, não quer destruir áreas de preservação ambiental. A população não quer o

que está sendo oferecido nesse projeto, o que contém esse projeto, praticamente, está sendo oferecido de uma maneira impositiva. Nós queremos discutir o meio ambiente, o nosso pedido é esse, discutir exaustivamente, que os senhores, por favor, nos recebam para essa discussão.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Sra. Ana Aragão. Registro a presença do Vereador Celso Giannazi, de forma virtual, e também do Vereador Arselino Tatto.

Próximo inscrito, Sr. Eduardo Caravieri Lopes, munícipe.

O SR. EDUARDO CARAVIERI LOPES – Boa tarde a todos, à Mesa, todos os presentes, obrigado pela oportunidade, em que pese em respeito às questões antes trazidas, eu mudo o tema e vou para a zona Leste, vou mais especificamente para o Bairro Penha de França. Bairro esse que no passado foi bastante pulsante e que vimos enxergando nesse bairro, em torno desse bairro, Vila Carrão, Cangaíba, nesse trecho da zona Leste, vemos que a Lei de Zoneamento e mais uma série de conjunto de fatores, estão fazendo dessa parte importante da cidade, já com toda uma infraestrutura, pelos anos, pelo desenvolvimento natural da cidade, ser desperdiçada.

Então, em específico, como atendo-se ao exemplo do Bairro da Penha de França, hoje, é categorizada como uma ZEUP, uma Zona Eixo de Estruturação e Transformação Urbana Previsto. E, na verdade, ficou ancorada, o que acontece com essa região? Não se pode construir, não se pode desenvolver essa área, principalmente a área do centro comercial e as áreas ao entorno. O coeficiente de construção de muitas dessas regiões está preso aguardando uma deliberação normativa que possa desenvolver essa região, segundo determina a Lei de Zoneamento, segundo determina o Plano Diretor.

E, na verdade, temos ali um espaço enorme, um espaço positivo, um espaço bastante urbanizado, com Metrô próximo, com uma obra pública chamada vulgarmente de Tiquatira ali próxima, e uma área ali no meio que está minguando, porque o coeficiente é um para um. E são construções antigas e que tomam todos os terrenos. Então, ali havia um comércio, conseqüentemente uma sociedade em desenvolvimento, e com essa impossibilidade

de um lado, próximo ali, em recente gestão municipal, houve o tombamento de uma parte arqueológica. De um outro lado, houve esse impedimento pela atual configuração, classificação da lei de zoneamento.

Então, ali é um lugar positivo geograficamente, muito bem já implantado na cidade. E a cidade tem que se espalhar, ir para adiante, se desenvolver; e pontos da cidade que já estão com infraestrutura feita estão sendo perdidos.

Conclusão: especificamente, em áreas como, por exemplo, o centro da Penha de França – eu não sei se todos aqui tiveram oportunidade de conhecer –, as lojas de grande varejo estão se esvaindo, estão fugindo. Os pequenos comércios, ou pequenos empresários que têm os seus mercadinhos, as suas lojas, e até as lojas de utensílios etc., estão fechando. Eu que sou de lá, nasci lá e com eles muito convivi, e vejo aquele comércio se deteriorando, se acabando, com toda uma infraestrutura pronta.

É questão de se desenvolver ali, liberando o zoneamento.

E para agravar a situação, o projeto da Linha Verde do Metrô está por vir; mas, por uma série de questões políticas e econômicas, que não vêm ao caso, o Metrô fez somente a desapropriação de uma área importante ali da cidade, mas a área ficou abandonada porque o projeto não continua. E, inclusive, esse centro comercial importante está abandonado, na mão de pessoas, infelizmente, de rua.

Esse é o apelo: rever a classificação da Lei de Zoneamento para essa região estendida da Zona Leste.

Ok? Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Sr. Eduardo.

Pergunto à Secretaria da Comissão se há mais algum inscrito. (Pausa)

Encerradas as falas dos inscritos.

Pergunto aos Vereadores se gostariam de fazer uso da palavra. (Pausa)

Tem a palavra o Vereador Sansão Pereira.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Muito boa noite, Sr. Presidente, senhoras e senhores

que nos acompanham presencial e virtualmente.

Quero também cumprimentar todos os movimentos e entidades de moradores, associações, institutos, em mais uma audiência pública do Plano Diretor da cidade de São Paulo.

Desde o dia 1º de abril, esta Casa já realizou 37 audiências públicas. Esta é a audiência de número 38 hoje; e, da Comissão de Política Urbana, a de número 19.

Foram ouvidas centenas de pessoas, tanto na Câmara Municipal quanto nas audiências regionais que aconteceram nos quatro cantos da capital – Zona Leste, Zona Sul, Zona Norte, Zona Oeste, nosso Centro. Amanhã, 12 de maio, ainda estaremos em M'Boi Mirim; e, no sábado, dia 13, faremos audiência na Vila Leopoldina.

Nas audiências públicas da Comissão de Política Urbana foram abordados diversos temas: desenvolvimento econômico, sustentável e social; Eixo de Estruturação da Transformação Urbana; Zonas Especiais de Interesse Social; gestão democrática e sistema de planejamento; habitação social e política fundiária; instrumentos de política urbana e gestão ambiental; meio ambiente e mudanças climáticas; patrimônio e políticas culturais.

Sei que o nosso Relator está anotando tudo. Estamos observando. São muitas informações, muitas sugestões; também da Assessoria Técnica do nosso gabinete, dos gabinetes de todos os Srs. Vereadores, assim como também das subprefeituras; e, claro, de todos os participantes, com muitas reivindicações das comunidades da periferia.

O nosso Relator vai ter muito trabalho, mas conte conosco.

Estamos debruçados sobre o Plano Diretor.

Alguém, inclusive, falou sobre a drenagem.

Eu quero dizer que já foi realizado o Plano Diretor de Drenagem [Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais de São Paulo]. Há uns dois meses, mais ou menos, ficou pronto. A USP participou, assim como técnicos de outras faculdades, secretarias e a Defesa Civil. Foi planilhada toda a cidade para executar algo que venha atender a necessidade da cidade de São Paulo em nível de drenagem.

Todos sabem que este ano choveu 50% a mais do que o esperado, infelizmente. Mas

estamos lutando. É uma cidade de 12 milhões e meio de habitantes, e os problemas são muitos diversos. Por mais que se faça, às vezes, não se consegue enxergar. Mas estamos nesse propósito.

Contem conosco, com este Vereador, com esta Comissão, com a Câmara, com todos nós para lutarmos em favor de uma cidade melhor.

Muito obrigado.

Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Vereador Sansão Pereira, membro da Comissão de Política Urbana.

Passo a palavra para o Vereador George Hato que é Subrelator da revisão intermediária do Plano Diretor pela Comissão de Saúde.

O SR. GEORGE HATO – Boa tarde a todos.

Quero parabenizar os Vereadores da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, dizer que foi um trabalho muito bem feito desta Comissão. Serão mais de 50 audiências públicas; todas as comissões temáticas da Câmara participaram de forma democrática; quem não pode participar durante a semana teve a oportunidade de participar as finais de semana; a Comissão de Saúde, por exemplo, esteve no bairro de Parelheiros, zona Sul de São Paulo e também esteve no bairro de Tatuapé, além da participação on-line.

Então, todo mundo teve oportunidade de contribuir e dar as suas sugestões em relação à revisão do Plano Diretor. Na verdade, serão 65 audiências públicas. Oportunidade é o que não faltou.

Vou falar um pouco sobre a minha relatoria na Comissão de Saúde, alguns temas chamaram a nossa atenção nas audiências públicas que avançar nos equipamentos de saúde de 24h, pois tem muita região, na Penha, reclamam de equipamento de saúde 24h; falaram sobre a saúde da mulher, o Centro de Referência ao Idoso; Indígenas; regularização fundiária; sobre a tabela SUS; sobre a democratização, a transparência do Sistema CROS que a gente fica muito angustiada quando precisa de uma vaga num serviço de saúde; também na prevenção com

saneamento básico, canalização de córregos; incentivo ao esporte que previne doenças, além de encaminhar nossos jovens para um futuro melhor; também foi muito falado sobre o polo gerador de risco, em relação aos bombeiros.

Então, quero parabenizar todos os membros, todos os Vereadores que participaram dessas audiências públicas e, também, aos munícipes que contribuíram bastante.

Agora, passo a palavra para o Vereador Goulart que é o Relator da Comissão e que vai trabalhar muito nesta última semana.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Vereador George Hato. Aguardamos a contribuição de todas as comissões temáticas. Assim como V.Exa. é o relator na Comissão de Saúde, há outros cinco relatores das demais comissões temáticas.

Passo a palavra à Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Boa tarde a todas as pessoas que vieram aqui na audiência pública.

Eu estive presente em todas as audiências públicas da Comissão de Política Urbana até agora; falei em todas audiências públicas, mas nesta, especificamente, eu gostaria de ouvir as palavras do relator, porque eu acho que ele está acumulando bastante coisa para já começar a responder algumas reivindicações que apareceram durante as audiências. Então, eu gostaria hoje de ouvir o relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Vereadora Silvia.

Bom, agradeço, na verdade, a confiança dos membros e do Presidente da Comissão por ter me confiado a relatoria desse importante projeto que trata da revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico. Conto com a colaboração dos membros desta Comissão. Assim como nós inovamos, além das audiências públicas desta Comissão que tem a competência de preparar esse relatório de aprimoramento da revisão, nós temos, também, os subrelatores de cada uma das comissões temáticas. Então, é a nossa Comissão de Política Urbana mais seis comissões temáticas. Temos hoje na reunião o subrelator George Hato da Comissão de Saúde e, como dito aqui pelos que me antecederam, nós tivemos, dentre todas as audiências públicas, as regionais,

todas as temáticas e gerais, como a de hoje na Câmara Municipal, com garantia da participação e da total acessibilidade.

Por isso em todas as reuniões, como a de hoje, tivemos participação virtual, e a transmissão pelo YouTube da Casa, inclusive as regionais, realizadas fora da Câmara, tiveram a transmissão pelo YouTube.

Foram as mais diversas contribuições, não apenas nas audiências, pois tivemos alguns documentos protocolados por cidadãos e entidades, citadas no dia de hoje; e quanto aos Vereadores, temos tido os atendimentos pessoais pelas mais diversas bancadas, e também reuniões com as bancadas representadas nesta Casa. E, a partir da semana que vem, teremos a preparação – vamos dizer – do texto final desse relatório.

As audiências públicas ocorrerão até o dia 13 de maio, sábado, que será a última. Haverá uma audiência, amanhã, desta Comissão, mais uma no sábado e, a partir do dia 15, nós prepararemos o relatório, para que seja avaliado pela nossa Comissão de Política Urbana. Logo depois, haverá ainda mais duas audiências públicas para apresentação do texto, e a busca de um acordo entre os líderes para que, entre a primeira e a segunda votação, não sejam apresentadas emendas, para não termos aquelas emendas de última hora. Que a gente tenha um bom entendimento no texto apresentado já para a primeira votação. Esse é o entendimento, e, claro, sem cessar a prerrogativa dos Vereadores da apresentação de emendas. Mas que haja a busca de um acordo para que a gente possa votar um único texto, tanto em primeira como em segunda votação. E a previsão é que, em tudo correndo conforme o cronograma, até o dia 30 ou 31 de maio, nós termos já votado em segunda votação a revisão intermediária do Plano Diretor.

Sobre as contribuições de hoje, já tomei nota de todas, para que possa levá-las para o relatório. São contribuições que vão desde a questão da saúde, da mobilidade e muita questão urbanística também trazida pelas entidades. A questão de mobilidade do Terminal Jardim Miriam tem chamado muito a atenção nas reuniões, principalmente nas regionais. A questão do meio ambiente também é uma grande preocupação desta relatoria. Aliás, próximo ao Parque Linear Caxingui, ao lado do Parque Previdência, eu também já investi no Parque Luis Carlos Prestes.

Acho que as senhoras e os senhores conhecem. Já fiz investimentos de emendas parlamentares naquele parque. Os senhores podem ter certeza de que levaremos em consideração todas as contribuições que sejam pertinentes para inclusão nesse relatório da revisão intermediária do Plano Diretor.

Agradeço, mais uma vez, a confiança de todos; a participação dos alunos do Instituto Presbiteriano Mackenzie, dos demais representantes do Poder Público; da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, do Fernando e da Marcia; e também do Mauro, da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito. Também há um representante de SMDET, que está presente. Hoje também recebemos a visita dos alunos do Centro Universitário Adventista de São Paulo, Unasp – não sei se ainda estão no plenário. Fiz parte de um trabalho científico na Unasp, na unidade Engenheiro Coelho. Boas lembranças dessa época de faculdade.

Agradeço, mais uma vez, a todos, a todos os munícipes que participaram tanto presencialmente como de forma virtual.

E nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

E o Vereador George Hato, um pai jovem como eu, lembrou, antes de encerrar, de desejarmos a todas as mães um feliz Dia das Mães. Tenham todos uma ótima noite e até a próxima, até as próximas audiências públicas que serão realizadas por esta Comissão.

Muito obrigado.